

ATTITUDES DOS DOCENTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA FACE À INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATTITUDES OF TEACHERS OF PHYSICAL EDUCATION UNDERGRADUATE COURSE TOWARD TO THE INCLUSION IN HIGHER EDUCATION

Francine de Fátima Lima Batista
Soraya Dayanna Guimarães Santos
Neiza de Lourdes Frederico Fumes
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO: O estudo teve como objetivo analisar as atitudes dos docentes de Educação Física face ao processo de inclusão na Educação Superior alagoana, como também sua formação em Educação Especial, experiência no ensino de pessoas com deficiência e competência percebida. A amostra foi constituída por 33 docentes do curso de Educação Física e utilizou o questionário Peatid III. A análise dos dados utilizou a estatística descritiva. O estudo constatou que 45,45% dos docentes tinham formação acadêmica em Educação Especial, 30,30% da amostra se consideravam “nada competente” e que 31, os professores apresentaram ter uma atitude mais favorável no ensino de alunos com deficiência física e menos favorável aos alunos com deficiência múltipla. Com isto, pode-se concluir que o tipo de deficiência parece influenciar a atitude dos docentes universitários e fatores como a formação e experiência parecem ser determinantes para que atitudes positivas sejam desenvolvidas no âmbito educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Atitudes. Educação Física.

ABSTRACT: The study aimed to analyze the attitudes of Physical Education teachers in terms of the inclusion process in the Higher Education in Alagoas/Brazil, as well as training in Special Education, experience in teaching people with disabilities and perceived competence. The sample consisted of 33 teachers of Physical Education undergraduate course. It was used the questionnaire PEATID III, and the data analysis used descriptive statistics. The study found that 45.45% of teachers had academic training in Special Education, 30.30% of the sample considered themselves “not competent” and 31.66% of teachers had a more favorable attitude in teaching students with physical disability and less favorable to students with multiple disability. In this way, it can be concluded that the type of disability appears to influence the attitude of academics and factors such as training and experience appear to be decisive for development of the positive attitudes in the educational field.

KEYWORDS: Higher Education. Attitudes. Physical Education.

INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência é uma temática bastante discutida e relevante na atualidade por procurar garantir que estes indivíduos possam exercer plenamente a sua cidadania, participando de todos os contextos existentes na sociedade e gozando de seus direitos civis, políticos, econômicos e educacionais.

A entrada da pessoa com deficiência na escola regular de ensino é o marco fundamental neste processo de inclusão, ainda que precisemos ter claro que estas conquistas não dependem exclusivamente do sistema educativo, mas principalmente de transformações no sistema econômico. No entanto, o envolvimento do aluno em todo o processo de ensino e aprendizagem é essencial para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Em se tratando de desenvolvimento profissional, as universidades representam uma das possibilidades. De acordo com o

Decreto 6.949/2009 as pessoas com deficiência podem ter acesso à educação superior em geral, tendo treinamento profissional em conformidade à sua vocação, sem discriminação e em igualdade de condições (Brasil, 2009).

A função social da Universidade, com base no estudo de Castanho & Freitas (2006), é a de produzir conhecimento, de forma a promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem enquanto indivíduo na sociedade. Diante disso, é importante considerar que se o ingresso da pessoa com deficiência foi legitimado pelo exame vestibular ou processo seletivo, ela tem o direito de encontrar condições de permanência e conclusão do curso que levem em consideração as suas dificuldades (Ferrari & Sekkel, 2007). O que nos leva a compreender que o ingresso da pessoa com deficiência na educação superior também se caracteriza como um desafio a ser enfrentado por todo o corpo docente das instituições de ensino superior (IES).

Martins (2006) explica que o processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as instituições educativas, que devem rever suas concepções e estratégias de ensino, e pro-

Agência de Fomento: CAPES. Artigo é parte do trabalho de conclusão de curso de Francine de Fátima Lima Batista e integra um conjunto de pesquisas do doutorado de Soraya Dayanna Guimarães Santos.

mover a orientação e o apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, de maneira a desenvolver ao máximo as suas potencialidades.

Por se tratar de um desafio a ser superado, são explícitas e notáveis as dificuldades que os alunos com deficiência enfrentam desde sua entrada nos anos iniciais da Educação Básica até alcançar a Educação Superior. Barreiras como escassez de materiais adequados, profissionais despreparados, acessibilidade e mobilidade limitada ou inexistente. Dificuldades essas que impossibilitam, por vezes, a participação efetiva, o acesso às informações, o desenvolvimento gradativo e a permanência desses alunos no processo de ensino e aprendizagem, prevalecendo uma essência excludente. Mesmo diante de essas dificuldades, é indispensável que a universidade ofereça uma educação de qualidade, pois antes de lhes ser garantido um direito, plenamente reconhecido, é um dever do Estado implementar ações que favoreçam não só seu ingresso, como também a sua permanência e saída com êxito (Castanho & Freitas, 2006)

Apesar destes entraves e dificuldades, acreditamos que a educação inclusiva na Educação Superior é possível de ser efetivada, desde que todos os envolvidos no processo se comprometam a buscar melhores atitudes e comportamento que venham intervir diretamente na formação de todos os indivíduos, considerando suas características peculiares, respeitando suas limitações e potencialidades.

Nesse contexto, a atitude dos envolvidos no processo é fator de extrema importância para desvendar os mistérios referentes às ações do indivíduo diante das situações ocorridas em seu cotidiano. De acordo com Centeio (2009, p.6), “[...] a atitude é um pré-anúncio de um comportamento”, seja ele positivo ou negativo. Continuando, o autor diz que quando falamos de uma atitude face a algo, estamos nos referindo a uma ideia carregada de sentimentos em relação a uma coisa concreta, que nos condiciona e nos leva a atuar de uma determinada maneira perante uma situação específica (Centeio, 2009). Com isso, é possível entender que a atitude é considerada como algo peculiar de cada indivíduo, podendo ela ser favorável ou desfavorável a situação na qual o mesmo foi exposto.

De acordo com Carvalho (2011, p.19), “[...] as atitudes estão em constante formação e mudança, atuam como um reflexo da sociedade e por isso são aprendidas gradualmente através da experiência e contacto com o mundo que a rodeia”.

Filipe (2012, p.21) explica também que a atitude “[...] é uma forma de proceder/agir relativamente a uma situação social, pessoal e/ou profissional dependente de fatores intrínsecos e extrínsecos”. Com isso, a atitude pode ser construída sob a intervenção de diversos fatores de essência cognitiva, afetiva e social presentes no meio. Embora ela seja estável, sofre alterações como explica Centeio (2009, p.11):

Uma vez que o componente cognitivo, afectivo e comportamental (atitudes sociais) interagem entre si em busca do equilíbrio, qualquer mudança num destes três componentes é capaz de alterar os outros. Logo, uma nova informação, experiência, ou até mesmo um novo comportamento emitido em cumprimento a normas sociais, ou outro tipo de agente capaz de prescrever comportamento, pode criar um estado de inconsistência entre os três componentes de forma a resultar numa mudança de atitude.

Com isso, compreendemos que a atitude positiva ou negativa que temos e o comportamento que adotamos mediante a uma situação é individual. É acarretada pelas emoções inerentes a cada indivíduo em particular, sofrendo possíveis influências de fatores determinantes.

Nesse sentido, as atitudes do professor, assim como todo o corpo docente face ao processo de inclusão, podem ser um fator decisivo para a permanência ou não do aluno com deficiência no processo de ensino e aprendizagem no meio educacional (Martins, 2006). Para melhor explicar, Lebres (2010, p.4) aponta em seu estudo que:

Embora pareça um princípio utópico, compete à comunidade escolar, assim como a toda a sociedade, o desenvolvimento de uma atitude positiva e de aceitação face às crianças com deficiência, na tentativa de superar os problemas que se levantam no decorrer de todo um processo de ensino-aprendizagem.

Um dos fatores primordiais para garantir esse direito legal dos alunos que ingressam na Educação Superior é a atitude do professor face à inclusão desses universitários. Mittler (2003), citado por Ferrari & Sekkel (2007, p.642), enfatiza que “[...] a atitude do professor é de suma importância para a permanência no processo escolar e para a integração do aluno com deficiência com os demais alunos”. Com base nessas afirmativas, é perceptível que as atitudes dos docentes da Educação em relação à deficiência se tornam um fator essencial para a formação do indivíduo. Elas refletem diretamente nos comportamentos dos professores, que por sua vez interferem no desejo do aluno se fazer presente e permanecer neste processo.

Como alude Bennett (1997, citado por Pinheiro, 2001, p.23), “[...] os professores são a chave para a inclusão”. São eles que mediam todo o processo de desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo no decorrer das etapas de ensino e aprendizagem dos alunos e, em particular de alunos com deficiência.

Apesar disso, Lebres (2010) chama atenção ao fato que compete à comunidade acadêmica, assim como a toda sociedade, o desenvolvimento de uma atitude positiva e de aceitação dos alunos com deficiência, na tentativa de superar os problemas que se levantam no decorrer de todo um processo de ensino-aprendizagem.

No que concerne às atitudes do professor de Educação Física em relação ao ensino inclusivo, estudos como o de Cortez (2008) realça a importância de pesquisas em torno da problemática envolvendo esses professores. Segundo o autor, muitos docentes reconhecem que o estudo do ensino da Educação Física face à deficiência tem se apresentado como um dos pontos positivos para a ocorrência do processo educativo, tomando por base as atitudes do professor frente a esse contexto.

Embora problemática da inclusão dos alunos com deficiência no âmbito educacional, também se caracterize para o professor de Educação Física como um grande desafio, Gorgatti, Pentead, Pinge & De Rose Júnior (2004) ponderam que por confundir deficiência com doença, talvez por comodismo ou pela total falta de informação, o fato é que muitos professores privam seus alunos com deficiência da oportunidade crucial de vivenciarem experiências motoras e recreativas, o que fatalmente trará consequências por vezes irreparáveis. Em contrapartida, Rodrigues (2003) aponta que os professores de Educação Física são vistos e representados como profissionais com atitudes positivas mais favoráveis à inclusão que os demais professores, o que também pode ser uma falácia, a depender do modo que desenvolvem suas aulas.

Entre os que lecionam a disciplina em questão, distintos são os fatores apontados como preponderantes para o desenvolvimento de atitudes positivas ou negativas no processo educativo da pessoa com deficiência, destacando a perspectiva de formação inicial e continuada em torno da temática como um dos principais fatores (Filipe, 2012).

Para melhor entendermos como essas atitudes (positivas/negativas) são influenciadas, é preciso analisar alguns de seus preditores: formação acadêmica em Educação Especial, experiência com alunos com deficiência, condição de deficiência, idade, tempo de ensino na Educação Física, e competência percebida, e com isso compreender sua importância frente ao processo de inclusão dos alunos com deficiência na Educação Superior.

Ao tratar do preditor formação acadêmica em Educação Especial, sabe-se que formar os professores em uma perspectiva educacional inclusiva é um fator decisivo para efetivar seus objetivos e garantir aos alunos sua entrada, participação e permanência no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Tardif (2002), o saber do professor é uma construção social. Com isso, constata-se que a aquisição do conhecimento dos docentes advém da contribuição dos saberes presentes no meio social, entre eles a formação universitária/acadêmica. Neste sentido, Beltrame & Ribeiro (2004, p.19) reforçam que:

Esta formação dos professores e o seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas inclusivas positivas, sendo difícil avançar para uma perspectiva de escola inclusiva sem que todos os professores desenvolvam uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.

Diante dessa afirmação, é perceptível a influência que a formação acadêmica exerce sobre as atitudes dos professores face à diversidade e justifica-se a necessidade que o docente possua uma formação adequada que possibilite o desenvolvimento de atitudes positivas frente à realidade da inclusão dos alunos com deficiência, minimizando assim as atitudes negativas.

Mazzotta (2003) destaca que a formação adequada dos profissionais que atuam com pessoas com deficiência só será possível através de uma eficiente formação acadêmica. Diante disso, pode-se afirmar que os docentes do curso de Educação Física, ao ser formados numa perspectiva de inclusão educacional, possivelmente apresentarão melhores estratégias metodológicas que culminará na participação dos alunos com deficiência no contexto teórico e prático de suas aulas, possibilitando a permanência e a autonomia dos mesmos.

Outro fator de fundamental importância para o desenvolvimento das atitudes dos professores do curso de Educação Física frente à inclusão é a experiência que eles tiveram no ensino de alunos com deficiência. De acordo com Palla (2001), a falta de experiência em lidar com esta população, bem como a carência de conteúdos de Educação Física Adaptada na formação acadêmica facilita o desenvolvimento de atitudes desfavoráveis.

Através das experiências vivenciadas nas aulas e da interação entre professor e aluno pode-se conhecer as limitações e as capacidades dos indivíduos, além de compreender suas necessidades e tornar-se um facilitador através da busca de estratégias metodológicas que contemplem o desenvolvimento e a participação de todos. Rodrigues (2003) afirma ainda que para a Educação Física contribuir neste processo tem de existir dois aspectos fundamentais: o campo da formação e o campo do apoio educativo e metodológico. Desta forma, será possível conhecer melhor e intervir melhor, e consequentemente os professores de Educação Física poderão ser efetivos agentes de inclusão.

É ainda importante considerar que o professor de Educação Física que trabalha com pessoas com deficiência, além de dispor de conhecimentos voltados ao desenvolvimento motor, cognitivo e

afetivo dos indivíduos, deve também ter conhecimento das potencialidades e limitações de seus alunos, como afirmam Hartmann & Marquezan (1999, citado por Rozario, 2008), para que se efetive a inclusão no âmbito educacional.

A reflexão gerada em torno do preditor das atitudes dos professores de Educação Física por categoria de deficiência, visa evidenciar que o tipo e o grau de deficiência apresentada pelo aluno também é um determinante na manifestação de atitudes positivas ou negativas dos professores no decorrer de suas aulas. De acordo com Pinheiro (2001), o grau de severidade da deficiência que o aluno apresenta provoca alterações no processo de ensino-aprendizagem e na atividade pedagógica e metodológica dos professores. Baseando em Kowalski & Rizzo (1996), Pinheiro (2001) afirma que os alunos com ligeiras deficiências são aceitos mais favoravelmente do que alunos com deficiências severas.

O estudo de Block & Obrusnikova (2007, citado por Lebres, 2010), revela que as atitudes dos professores de Educação Física se caracterizam mais favoráveis para os estudantes com distúrbios de comportamento, visto que para eles são demandadas menos modificações no método de lecionar, e por conseguinte, menos preocupações no processo de ensino-aprendizagem. O que torna explícito que para eles é mais fácil permanecer praticando os mesmos métodos de ensino do que os inovar ou modificar como pode ser necessário para os demais tipos e graus de deficiência.

O último preditor a ser considerado neste estudo é a competência percebida, que carrega em sua variedade de conceito uma importante responsabilidade no que se refere às atitudes dos professores em detrimento da inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Educação Superior. É o que explica o conceito de Fleury & Fleury (2001, p.185) quando falam que a:

Competência é pensada como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas.

Nesta perspectiva, a competência percebida mantém uma relação próxima com as atitudes frente à diversidade, de modo que o professor ao se sentir pouco competente para contribuir na aprendizagem dos alunos com deficiência poderá ter tendência a desenvolver atitudes negativas, que se traduzem numa menor participação e menor desempenho dos alunos.

Partindo desses pressupostos, o estudo teve como objetivo analisar as atitudes dos docentes de Educação Física face ao processo de inclusão na Educação Superior alagoana, como também a formação em Educação Especial, a experiência no ensino de pessoas com deficiência e a competência percebida.

METODOLOGIA

NATUREZA E PARTICIPANTES DO ESTUDO

A pesquisa se define como um estudo quantitativo, devido a sua capacidade de considerar que tudo pode ser quantificável, trazendo em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (Prodanov & Freitas, 2013).

Sua amostra foi composta por 33 docentes dos cursos de Educação Física de uma Instituição de Educação Superior pública, de seus campi da capital e do interior de Alagoas. Foram 18 sujeitos do sexo masculino, apresentando uma média de idade de

39,95 anos (Desvio Padrão = 13,39 anos) e 15 do sexo feminino, com média de idade de 44,06 anos (Desvio Padrão = 10,43 anos). Foi constatado que 48,48% (N=16) possuíam mestrado e 33,33% (N=11) apresentavam grau de doutorado, enquanto 18,19% (N=6) eram apenas graduados e com alguma especialização.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado o questionário PEATID III - *Physical Educators' Attitudes Toward Teaching Individuals with Disabilities - III* (Folsom-Meek & Rizzo, 2002), adaptado por Campos, Ferreira & Block (2014). Por esta adaptação ter sido feito para Portugal, para a população brasileira foram realizadas adaptações linguísticas e culturais da versão de Portugal, uma vez que o português falado e escrito no Brasil apresenta peculiaridades semânticas, fonéticas e gramaticais substanciais, que justifiquem tal modificação. Desta forma, utilizamos a adaptação realizada por Santos, Fumes & Ferreira (2015).

O questionário contém duas seções, a primeira com 12 perguntas, com informações referentes: idade, sexo, tempo de atuação, formação acadêmica, formação na área da Educação Especial, experiência no ensino de alunos com deficiência, e a segunda com 12 perguntas sobre as atitudes dos professores de Educação Física face à inclusão do estudante com deficiência.

PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para iniciarmos a coleta dos dados, entramos em contato com a diretoria dos cursos de Educação Física da Universidade, com o intuito de esclarecer os objetivos e a metodologia a ser utilizada na realização da pesquisa, assim como firmar o acordo de total sigilo das identidades dos docentes participantes. Com o esclarecimento e a permissão para continuarmos a coleta, entramos em contato com os professores, e ao esclarecer a metodologia da pesquisa e aceitarem participar, foi solicitado que os professores participantes assinassem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), visando confirmar e tornar legalizada sua participação na pesquisa.

Informamos que o estudo foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de Alagoas, obtendo o número de protocolo de aprovação da Plataforma Brasil 439.400.

Em seguida, os professores receberam o questionário e responderam.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram organizados em tabelas e teve sua análise estatística, do tipo descritiva. Prodanov & Freitas (2013) explica que esta análise procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relação com outros fatos. Especificamente, aferimos média, desvio padrão, percentual e frequência referente às categorias determinadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão apresentados e discutidos os resultados obtidos com o estudo, de forma a descrevê-los e analisá-los, por meio da exposição dos valores estatísticos das variáveis (formação acadêmica,

experiência no ensino de alunos com deficiência, condição de deficiência e competência percebida).

A Tabela 1 demonstra os valores relativos à formação acadêmica dos docentes de Educação Física referente à temática de Educação Especial.

Tabela 1 - Formação acadêmica em Educação Especial

Formação acadêmica em EE	Número (N)	Percentual (%)
Sim	15	45,45
Não	18	54,55
Total	33	100

Legenda EE: Educação Especial

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 1 constatamos que 54,55% (n = 18) dos professores afirmaram não ter tido uma formação acadêmica em EE. Apesar de ocorrer avanços no que se refere à formação inicial dos docentes do curso de Educação Física face às temáticas da inclusão, os resultados mostraram que ainda há necessidade de se realizar modificações nos projetos pedagógicos e na matriz curricular dos cursos, de modo a contemplar a temática em questão e assim melhor preparar os futuros professores. Podemos afirmar que a carga horária direcionada a esta temática ainda é mínima e o tratamento disciplinar prevalece, o que faz as disciplinas Libras e Educação Física Adaptada/Espportes Adaptados/Atividade Física Adaptada são as únicas responsáveis pelas discussões.

O estudo de Nogueira & Nogueira (2010) complementa a discussão em torno dos resultados do preditor formação acadêmica em EE, ao considerar que é preciso refletir sobre: o que se ensina, como se ensina; o que se aprende, como se aprende; o que partilhar, como partilhar; o que sentir, como sentir; o que esperar, por que esperar; o que devo fazer, como fazer; o que é meu, o que não é meu; até onde posso ir; até onde quero ir. E, com base nessa reflexão proporcionar aos professores ferramentas para favorecer o aprendizado de cada indivíduo no grupo, respeitando as suas potencialidades e fragilidades.

A Tabela 2 apresenta os resultados relativos à experiência dos professores Educação Física face ao ensino de alunos com deficiência.

Tabela 2 - Experiência com alunos com deficiência

Experiência com alunos com deficiência	Número (N)	Percentual (%)
Sim	16	48,48
Não	17	51,52
Total	33	100

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 2, ao serem questionados sobre a experiência com alunos com deficiência, 51,52% (n = 17) dos professores do curso de Educação Física afirmaram não ter experiência com alunos com deficiência no contexto de suas aulas. Este resultado expressa que, apesar da intensa reflexão realizada em torno da inclusão dos alunos com deficiência, ainda é preciso que, além do ingresso na Educação Superior, estes alunos tenham condições necessárias para permanecer, adquirir e desenvolver novos conhecimentos, proporcionando a conclusão de sua formação com êxito, visto que o objetivo da in-

clusão é possibilitar o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de todos os alunos (Pádua, 2010).

Também parece ser importante considerar que esta falta de experiência no ensino de estudantes com deficiência na Educação Superior pode ser decorrente do fato de ainda ser limitado o acesso a este nível de ensino, principalmente em se tratando de instituições públicas, e da recenticidade deste fenômeno. Segundo o Censo da Educação Superior (Brasil, 2014), em 2013, 33.377 estudantes com deficiência estavam regularmente matriculados nas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, sendo 13.723 nas públicas e 19.654 nas privadas. Nos cursos de Educação Física, eram apenas 432 estudantes autodeclarados com deficiência (Brasil, 2012).

A Tabela 3 mostra os resultados referentes aos escores de atitudes dos professores de Educação Física por categoria de deficiência. Tabela 3 - Escores de atitudes dos professores de Educação Física por categoria de deficiência

Condição de Deficiência	Média e Desvio Padrão
Deficiência Física	31,66 (4,03)
Deficiência Visual	30,25 (3,59)
Deficiência Auditiva	30,20 (3,71)
Deficiência Intelectual	28,84 (3,80)
Deficiência Múltipla	28,83 (4,21)

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 3, constatamos que os docentes do curso de Educação Física apresentavam escores para atitudes mais positivos no ensino de alunos com deficiência física (média = 31,66; desvio padrão = 4,03) e escores para atitudes mais negativa no ensino de alunos com deficiência intelectual e deficiência múltipla (média = 28,83; desvio padrão = 4,21). O estudo de Vayer & Rocin (citado por Lebres, 2010) explica que deficiências severas que impliquem alterações no funcionamento da sala de aula, bem como modificações no processo educativo levado a cabo pelo professor, são fatores menos apreciados. Isso porque diante da diversidade e das distintas necessidades dos alunos, os docentes são confrontados com a obrigação de adaptarem a sua forma de ensinar em que se presume que todos os alunos aprendem de maneira igual (Almeida, 2012).

A Tabela 4 apresenta os resultados relativos à competência percebida.

Tabela 4 - Competência Percebida para atuar no ensino de alunos com deficiência

Competência Percebida	Número (N)	Percentual (%)
Nada Competente	10	30,30
Com Alguma Competência	16	48,48
Muito Competente	2	6,07
Outros	5	15,15
Total	33	100

Fonte: elaboração própria.

Os resultados obtidos na Tabela 4 apresentam que 48,48% (n = 16) dos docentes do curso de Educação Física afirmaram possuir “Alguma Competência” no ensino da pessoa com deficiência, 30,30% (n = 10) dos professores consideravam-se como “Nada Competente” e apenas 6,07% (dois) autoavaliaram-se como “Muito Competente”.

Estes resultados mostram que é preciso que os professores se sintam provocados a adquirir e aprimorar seus conhecimentos, de tal forma que se apropriem de mais competência no ensino da pessoa com deficiência. Esta percepção é fundamental, pois, com base no estudo de Rizzo & Kowalski (1996, citado por Poça, 2009), os indivíduos com competência percebida mais elevada têm atitudes mais positivas no ensino destes alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou-nos concluir que o tipo de deficiência influencia a atitude dos docentes universitários, sendo que deficiências consideradas menos complexas tendem a serem percebidas mais positivamente. Por outro lado, as deficiências mais severas ainda sofrem com o estranhamento e a confrontação com esta realidade até então inusitada e que provoca modificações nas metodologias parecem provocar atitudes mais negativas

Por sua vez, fatores como a formação e experiência parecem ser determinantes para que atitudes positivas sejam desenvolvidas no âmbito educacional, muito embora o grupo pesquisado tivesse uma incipiente formação no âmbito da Educação Especial e uma limitada experiência no ensino da pessoa com deficiência. Possivelmente, estas condições (formação e experiência) tenham levado a percepção restrita de competência para atuar no ensino inclusivo.

Podemos concluir que ainda é necessário refletir e investir no desenvolvimento da prática docente educação inclusiva na Educação Superior, para que de fato alunos com deficiência possam ter êxito em suas trajetórias acadêmicas.

Por fim, outros estudos, com uma amostra mais alargada e que faça uso da estatística inferencial, são desejáveis para analisar as relações entre atitudes, formação e experiência ou formação, experiência e competência percebida.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J.D. (2012). *Inclusão do aluno com deficiência auditiva: um desafio à família e aos profissionais da educação*. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Universidade de Brasília.
- Beltrame, T.S., & Ribeiro, J. (2004). Atitudes de graduandos em Educação Física do CEFID em face da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. *R. da Educação Física/UEM*, Maringá, 15(2), 17-22.
- Brasil. *Decreto 6.949*, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre o direito das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- Brasil (2012). *Censo da Educação Superior*. Brasília: MEC/INEP.
- Brasil (2014). *Censo da Educação Superior*. Brasília: MEC/INEP.
- Campos, M.J.C, Ferreira, J.P.L., & Block, M.(2014). “Analysing the structure, validity and reliability of the Physical Educators’ Attitude Toward Teaching Individuals With Disabilities III - PEATID III”. In: *Annals of research in sport and physical activity*, 5., (p.101-116).
- Taffarel, C. (2008). Política Pública de Esportes e Lazer: qual projeto pedagógico. In: *Anais da Conferência Municipal de Esportes e Lazer*, 2. (p.21-23). São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos.

- Carvalho, M.S.F. (2011). *As atitudes dos professores face à inclusão de alunos com deficiência – o contacto com a deficiência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Castanho, D.M., & Freitas, S.N. (2006). Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, 27, 85-92.
- Centeio, D.M.J.F. (2009). *Educação Física inclusiva: atitudes dos alunos face à Educação Física Inclusiva - Estudo Exploratório do 2º e 3º CEB*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Coimbra.
- Cortez, M.M.C.P. (2008). *Atitudes dos professores de Educação Física face à inclusão de alunos com deficiência: estudo exploratório face à deficiência auditiva*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Coimbra.
- Ferrari, M.A.L.D. & Sekkel, M.C. (2007). Educação inclusiva no Ensino Superior: um Novo Desafio. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, 27(4), 636-647.
- Filipe, S.R.B.M. (2012). *As atitudes dos professores de Educação Física face à inclusão nas aulas de Educação Física*. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Educação João de Deus.
- Fleury, M.T.L. & Fleury, A. (2001). Construindo o conceito de competência. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, 5, Edição Especial, 183-196.
- Gorgatti, M.G., Penteado, S.H.N.W., Pinge, M.D., & De Rose Júnior, D. (2004). Atitudes dos professores de Educação Física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. *Revista Brasileira Ciências e Movimento*, Brasília, 12(2), 63-68.
- Lebres, C.A.D.R. (2010). *Atitudes dos professores de Educação Física do 1º Ciclo face à inclusão de alunos com deficiência em classes regulares*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Martins, L.A.R. (2006). Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: L.A.R. Martins, J. Pires, G.N.L. Pires, & F.R.L.V. Melo, (Org.). *Inclusão: compartilhando saberes*. (pp.17-26). Petrópolis: Vozes.
- Mazzota, M.J.S. (2003). Identidade dos alunos com necessidades Educativas Especiais no contexto da política educacional Brasileira. *Revista Movimento*, Niterói, 10(7), 11-18.
- Mendes, M.M., & Pádua, K.C. (2011). Influência da formação na prática de professores de Educação Física que atuam com alunos com deficiência: um estudo no sistema de ensino especial. *Educação em Foco*, 13(16), 13-39.
- Nogueira, L.F.Z., & Nogueira, E.J. (2010). Inclusão de deficientes no ensino superior e o envolvimento do trabalho docente. [Trabalho completo]. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial*, 4. São Carlos. São Carlos: UFSCar.
- Palla, A.C. (2001). *Atitudes de professores e estudantes de Educação Física em relação à proposta do ensino inclusivo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista.
- Pinheiro, I.F.A. (2001). *Atitudes dos professores do 2º Ciclo do Ensino Básico das escolas do CAE – Tâmega face à inclusão de alunos com deficiência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.
- Poças, R.M.D. (2009). *Atitudes dos futuros professores de educação física face à inclusão de alunos com deficiência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Prodanov, C.C. & Freitas, E.C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2.ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Rodrigues, D. (2003). *Perspectivas sobre a inclusão da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora. (Coleção Educação Especial).
- Rozario, F.S. (2008). *Atitude da comunidade escolar face a deficiência - atitude dos professores de Educação Física face à deficiência visual*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Coimbra.
- Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

FRANCINE DE FÁTIMA LIMA BATISTA

Graduada em Licenciatura em Educação Física. Universidade Federal de Alagoas - UFAL. nine.batista@hotmail.com

SORAYA DAYANNA GUIMARÃES SANTOS

Doutoranda em Educação Brasileira. Universidade Federal de Alagoas - UFAL. soraya_dayanna@hotmail.com

NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira e do Curso de Educação Física. Universidade Federal de Alagoas - UFAL. neizaf@yahoo.com

Recebido em: 24/06/2016

Reformulado em: 28/06/2016

Aprovado em: 30/06/2016